



Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Airlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 1993.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Rossoni e Lourenço Fregonese.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Osvaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (46). - Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Antônio Annibelli, Colombino Grassano, Duílio Genari, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin e Ovídio Constantino (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Of. n° 09/93

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa a minha ausência neste dia 17 de fevereiro deste corrente ano, tendo em vista compromissos urgentes a serem realizados neste dia.

Na certeza de poder contar com a compreensão de Vossa Excelência, antecipo agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 52

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 04

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO, ocorrido no dia 15 de janeiro próximo passado, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O professor Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, foi ex-membro do Corpo Docente e Pró-Reitor da UFPR. Era irmão do Ex-governador Ney Braga. Ocupou vários cargos públicos inclusive, foi chefe da Casa Civil do governo do Paraná. O professor Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, foi também, durante muitos anos superintendente da Fundepar. Atuou intensamente em vários movimentos de apostolado católico em Curitiba e no interior. Natural da Lapa, nasceu em 1925 e deixou viúva a Sra. Anísia Braga, três filhos e cinco netos.

REQUERIMENTO N° 05

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ROGÉRIO FRANCO, ocorrido no dia 19 de janeiro próximo passado, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Rogério Franco, era Militar reformado, sendo um espírita de renome, uma figura humana, que passou sua vida a praticar o bem, atendendo a quantos o procuravam e precisavam ouvir suas palavras de carinho e alento para alívio de seus males. Sua vida foi pautada de virtudes e

bons exemplos que ele deixa para os que com ele conviveram, para seus amigos e familiares deixa uma lembrança e uma imagem que jamais será esquecida.

REQUERIMENTO N° 38-A

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta sessão, um VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo infausto passamento do Dr. Ciro José de Souza Filho domiciliado no município de Cantagalo, na região do Centro-Oeste paranaense.

O Dr. Ciro José de Souza Filho, que deixa a esposa Da. Élide Aparecida Ferreira de Souza, era estimado por toda a comunidade, mercê de seus dotes de médico humanitário e amigo, que durante muito tempo emprestou o concurso de seu saber profissional ao serviço daquela comunidade. Seu falecimento deixa enlutados não apenas os moradores de Cantagalo, como todos os que o conheceram, fazendo-se justa a manifestação de pesar ora proposta a esta Assembléia, em nome do povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(aa) ORLANDO PESSUTI
CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO N° 49

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO MANTOVANI, e enviado cópia deste expediente a Sra. SUELI MANTOVANI.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O prematuro passamento do Sr. Antonio Mantovani entristeceu profundamente o município de Iracema do Oeste e Formosa do Oeste, onde fez um grande número de amigos durante a sua convivência naquelas comunidades.

Foi um dos fundadores do PMDB de Formosa do Oeste, sempre lutando pelos ideais da agremiação.

Eleito Vereador por Formosa, honrou seu mandato, recebendo destaque pelo seu profícuo trabalho naquela Câmara, onde lutou em benefício dos menos favorecidos, recebendo por isso o carinho e admiração do povo.

Foi um dos responsáveis pela criação do município de Iracema do Oeste, instalado no início deste ano, onde exercia a função de Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal.

Por todo esse importante trabalho do Sr. Antonio Mantovani, desenvolvido em

prol daquele povo, temos certeza de que o seu nome ficará gravado na história de Iracema do Oeste.

REQUERIMENTO N° 51

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, extensivo aos diretores e funcionários da TV Esplanada, Canal 7, de Ponta Grossa, pelo início da retransmissão da programação da Rede Globo de Televisão, na região dos Campos Gerais.

Este empreendimento por certo será mais um marco na integração desta progressista região com o que há de mais avançado na tecnologia televisiva do País.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 35

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mario Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizado estudos e conseqüente liberação de recursos para a pavimentação das Ruas Princesa Izabel e José Carlos, bem como a continuação das Avenidas 7 de Setembro e São João, localizadas no Distrito de Herculanãdia, no recém-emancipado município de Ivaté.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação desses trechos, além de atender as populações locais, terão efeitos decisivos no desenvolvimento do distrito e do município, caracterizado por ser agropastoril.

Ivaté desmembrado de Umuarama teve seu primeiro Prefeito eleito a vereadora Elmi da Panazolo, junto com seu vice Dario de Souza, em 03 de outubro próximo passado.

Visa esse requerimento estabelecer ação conjunta onde o Estado pela sua estrutura possa oferecer uma grande contribuição ao município.

REQUERIMENTO N° 36

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores José Afonso Júnior e Maurício Requião, Digníssimos Secretário Especial do Esporte e Turismo e Superintendente da FUNDEPAR, respectivamente, no sentido de que seja incluído e agilizado a liberação

de recursos para a construção de canchas poliesportivas cobertas, conforme o Programa "Nossa Quadra", para o Colégio Estadual de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O projeto governamental "Nossa Quadra", cuja participação será da Secretaria de Esportes e da FUNDEPAR, objetiva a construção de quadras polivalentes cobertas nos estabelecimentos de Ensino criando espaços que propiciem as condições ideais para a prática de atividades físicas nos municípios do Estado.

Dentro dessa perspectiva, gostaríamos de incluir o município de Maria Helena, o Colégio Estadual de Maria Helena, para ser atendido.

REQUERIMENTO N° 37

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Polícia Militar do Estado do Paraná, para averiguação de denúncias feitas pelos moradores do município da Lapa, contra a Polícia Florestal do Estado.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Solicitamos uma averiguação no Comando da Polícia Militar do Estado quanto ao comportamento de policiais florestais no município da Lapa, pois recebemos denúncias de moradores que tiveram suas casas invadidas, sendo tratados de forma ríspida e policiais levaram armas de uso caseiro tais como: espingarda pica-pau, facão de uso doméstico, entre outros. Também fomos informados que os policiais estão agindo de forma truculenta, abusando da autoridade que lhes é investida, agredindo fisicamente uma menina de 9 (nove) anos, que encontrava-se sozinha em sua casa no momento da batida (invasão). Pedimos providências urgentes para o assunto, dessa forma clareando a nossa polícia florestal, que vem contribuindo de maneira louvável o nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 38

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, para que o mesmo priorize a construção de um hospital / pronto-socorro, na região norte de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Baseando-se no Hospital Geral do Portão, que atende toda a região sul da capital, bem como os municípios de Araucária, Mandirituba, Contenda, etc., que facilita assim os atendimentos emergenciais, os municípios da região norte carecem de um atendimento tão ágil e dinâmico quanto o existente na região sul. Esta obra vem sendo reivindicada há muitos anos pela população dos municípios da região metropolitana/norte, que atualmente são atendidos pelos Hospitais Evangélico, Cajuru e Hospital de Clínicas, mas como é de conhecimento de todos, esses hospitais atendem todo o Estado do Paraná e outros Estados, acumulando serviços, dessa forma, deixando a desejar e muitas vezes de atender ao paciente.

REQUERIMENTO N° 39

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que sejam, em caráter de urgência, reequipadas as delegacias de polícia da região metropolitana e sul do Estado.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A situação das delegacias de polícia da região metropolitana e do sul do Estado, encontra-se em estado caótico, sem condições de desenvolvimento de um trabalho adequado em virtude de falta de viaturas, instalações em estado crítico, e ainda falta de funcionários especializados, razão pela qual recebemos inúmeras reivindicações para que a situação seja apreciada, dando maior tranquilidade aos policiais e conseqüentemente à população.

REQUERIMENTO N° 40

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam agilizadas as obras de construção da Rodovia da Laranja, que liga os Municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A construção da referida rodovia foi ponto de campanha do Governador Roberto Requião, inclusive veiculado em programa da Rádio Difusora, apresentado pelo Deputado que subscreve. A safra agrícola de produtos cítricos de toda a região que abrange a rodovia, necessita de melhores

estradas para facilitar o escoamento, o que corresponde ao anseio da população e traria um grande desenvolvimento aos municípios regionais.

Tal projeto de construção da Rodovia da Laranja, foi incluído no orçamento de 1992, através de uma emenda apresentada, de minha autoria.

REQUERIMENTO N° 44

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes MARIO PEREIRA, solicitando a agilização na construção de Rodovia (asfáltica) ligando ANTONIO OLINTO - RIO NEGRO - (20.000m).

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A malha viária-asfáltica do Estado na Região Sudeste, se encontra em precárias condições. Além do apoio ao segmento rural de Antonio Olinto e Rio Negro, a construção de Rodovia Asfáltica entre Antonio Olinto e Rio Negro se impõe para a circulação de Matéria Prima (Madeiras e Produtos Agrícolas) das localidades que circundam aquela Região.

Enfatize-se também que Rio Negro até junho de 1992, é o 14° (décimo quarto) arrecadador do Estado em I.C.M.S., e o 37° (trigésimo sétimo) no índice geral, dando portanto, ótimo retorno aos cofres estaduais.

REQUERIMENTO N° 45

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes MARIO PEREIRA, solicitando a agilização na construção de Rodovia (asfáltica) ligando LAPA (BUTIÁ) - RIO NEGRO (22.000 m.).

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A malha viária-asfáltica do Estado na Região Sudeste, se encontra em precárias condições. Além do apoio ao segmento rural da Lapa (Butiá) e Rio Negro, a construção de Rodovia Asfáltica entre Lapa (Butiá) e Rio Negro se impõe para a circulação de Matéria-Prima (Madeiras, Erva Mate e Produtos Agrícolas) das localidades que circundam aquela Região.

Enfatize-se também que Rio Negro até junho de 1992, é o 14° (décimo quarto) arrecadador do Estado em I.C.M.S., e o 37° (trigésimo sétimo) no índice geral, dando portanto, ótimo retorno aos cofres esta-

duais.

REQUERIMENTO N° 46

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes MARIO PEREIRA, solicitando a agilização para a construção da rodovia (asfáltica) ligando PIÊN - LAGEADO/PR - RIO NEGRINHO/SC.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A malha viária-asfáltica do Estado, na Região Sudeste, se encontra em precárias condições. Além do apoio ao segmento rural de Piên/Pr - Lageado/Pr a Rio Negrinho/SC, a construção da Rodovia Asfáltica entre as localidades em apreço se impõe para melhorar a circulação de Matéria-Prima (Madeiras, Produtos Agrícolas e de origem das Indústrias Moveleiras) das localidades que circundam aquela Região.

REQUERIMENTO N° 47

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes MARIO PEREIRA, solicitando a agilização para a construção da rodovia (asfáltica), ligando os municípios de PIÊN - RIO NEGRO.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A malha viária-asfáltica do Estado na Região Sudeste, termina na sede do município de Piên. Além do apoio ao segmento rural de Piên e Rio Negro, a construção da Rodovia-Asfáltica entre Piên e Rio Negro se impõe para a circulação da matéria prima (Fumo, Madeira e Produtos Agrícolas) das localidades de Tijucas do Sul, Agudos do Sul e Piên ao distrito industrial de Rio Negro.

De lembrar também, por outro lado, que Rio Negro não possui um metro linear sequer de pavimentação asfáltica ligando a zona rural à sede. Será a primeira estrada tronco de integração daquela zona.

Enfatize-se também que Rio Negro até junho de 1992, é o 14° (décimo quarto) arrecadador do Estado em I.C.M.S., e o 37° (trigésimo sétimo) no índice geral, dando portanto, ótimo retorno aos cofres estaduais.

REQUERIMENTO N° 48

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente a suas excelências os senhores Deputado Federal ÉDEN PEDROSO e ao Senador MAGNO BACELAR, líderes do PDT na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando que os mesmos empenhem ingentes esforços no sentido de que os integrantes do Congresso Nacional elidam liminarmente a intenção do governo federal de ver aprovada a proposta de criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, integrante da reforma tributária proposta pelo senhor Presidente da República.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Entra governo, sai governo, nascem esperanças, morrem esperanças, surgem expectativas e anseios, frustram-se expectativas e anseios.

A grave crise econômica, realidade cotidiana vivida pela família brasileira nos últimos anos, com desastrosos e inevitáveis reflexos na qualidade de vida do cidadão brasileiro, degradando valores primários como o direito à educação, à saúde, à alimentação, à moradia, ao lazer, elencados no capítulo da cidadania da Constituição do Brasil, por certo, não terá solução através da imposição de mais um tributo à sociedade brasileira.

A classe empresarial, a classe trabalhadora, o cidadão brasileiro, solidariamente, une-se e insurge-se contra tal iniciativa.

A Ordem dos Advogados do Brasil, importante segmento da vida brasileira também se opõe a tal pretensão, através de documento encaminhado ao senhor Ministro da Justiça.

Pretende-se empurrar goela abaixo de toda nação um ônus insuportável, com graves e conseqüências funestas, que todos nós antecipadamente conhecemos o resultado, que se refletirá na alta da pirâmide inflacionária, com resultados preocupantes refletidos na base da sociedade que é o consumidor final, com reflexos imprevisíveis portanto, nas camadas mais sofridas da população.

Como se não bastasse, a presente medida vem eivada de vícios flagrantes de inconstitucionalidade, ferindo por exemplo o princípio da estrita legalidade, seja o imperativo contido no artigo 150, I, que reza: "sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado (grifo nosso) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça".

Ainda, desrespeita e afronta outra norma constitucional, prevista pelo inciso

III, b, do mesmo artigo 150, vejamos: "III - cobrar tributos: a)....., b) - no mesmo exercício financeiro, em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou".

Fere, portanto, o princípio da anterioridade da lei, tratado equivocadamente como princípio da anualidade, não mais existente no direito positivo brasileiro, o que, bem a rigor, substancia erro evitando, segundo assevera o eminente professor de Direito Tributário Paulo de Barros Carvalho.

Enfim, pelos motivos expostos faz-se necessária a atuação e a intervenção incansável dos eminentes líderes do PDT no Congresso Nacional, objetivando inibir a pretensão de submissão do povo brasileiro a mais esta imperdoável e injusta pretensão de apropriação indébita que se pretende institucionalizar via aprovação do malfadado Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira/IPMF.

REQUERIMENTO N° 50

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Administração Luiz Gastão de Alencar Franco de Carvalho, solicitando sejam procedidos estudos técnicos que viabilizem a concessão, no Paraná, como em outros estados da Federação, de um adicional de insalubridade pelo exercício, em caráter permanente, em unidades ou atividades consideradas insalubres, aos servidores militares lotados na Polícia Rodoviária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O adicional de insalubridade já deveria integrar os salários dos servidores civis ou militares que desempenham atividades consideradas insalubres, direito que deve ser reconhecido e que deve ser pago pelo patrão, no caso o Governo do Estado.

O policial rodoviário, nos parece ser o caso mais aparente da necessidade do adicional de insalubridade. O mesmo vive o drama de, durante 24 horas por dia, trabalhar expostos aos efeitos das intempéries e dos perigos advindos do exercício de suas funções, na abnegação de bem desempenhar seu serviço nas rodovias do Paraná.

Além de já receber baixos salários, como de resto todo o funcionalismo público, resultado da crise econômica vivida pelo país, o policial rodoviário exerce suas atividades na maior parte das vezes contando com uma infra-estrutura muito precária, sem dispor de nenhum dos recursos que deveriam fazer parte do seu dia-a-

-dia.

Por aí já se vê o quanto existe de dedicação do funcionário, que trabalha diuturnamente, na maioria das vezes, mais por um sentimento de responsabilidade para com a comunidade, já que não possuem reais condições materiais para exercer suas funções.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 25/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 1° da Lei n° 9183, de 08/01/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Bom Sucesso do Sul, com território desmembrado do município de Pato Branco, com sede na localidade do mesmo nome com as seguintes divisas:

Partindo do sentido sul-leste na localidade de Gramados e seguindo pela PR 469 até o trevo de acesso a Bom Sucesso, daí segue pelo acesso da PR 469 até o Rio Vitorino, daí desce até alcançar a divisa entre as glebas Mundo Novo-Entre Rios, 1ª parte, daí segue pela divisa de Itapejara D'Oeste até o Rio Santana, daí segue pelo Rio Santana até o Arroio Elias, segue pelo Arroio Elias até uma estrada, daí segue pela divisa do município de Renascença até o Rio Lamedor e seguindo pelo mesmo até o Rio Vitorino, daí pelo Rio Vitorino até o Lageado das Cobras, segue por este até seu entroncamento com a estrada de Gramados, segue por este até o ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

As divisas do município de Bom Sucesso do Sul, definidas pela Lei n° 9183, de 08/01/91, em anexo, deveriam ser as mesmas da Resolução n° 028/91, em anexo, que fixou a área onde foi realizado o plebiscito em 29/01/91.

Tal fato ocorreu em virtude de que após a publicação da lei emancipatória, o IBGE, ao analisar os limites territoriais do município, verificou dissentimentos na Resolução n° 26/91 (anexa), razão por que a área de realização do plebiscito foi alterada pela resolução n° 28/91, unicamente para sanar incoerências cartográficas que dificultavam o traçado do polígono definidor da área, conforme justificado pelo documento do Instituto, em anexo.

Cabe agora a este Legislativo, proceder através de lei, a correção das divisas, razão pela qual apresentamos o presente plano de lei, e para o qual contamos com apoio dos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI N° 026/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Idosos Dona França, entidade civil com sede e foro em Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Assistência aos Idosos Dona França, como entidade civil com fins assistenciais, cumpre os requisitos necessários a sua declaração como de utilidade pública. Pelos conteúdos de seu estatuto e relatório de atividades, inegável o caráter solidário assumidos por suas integrantes em relação àqueles menos afortunados materialmente e pertencentes à terceira idade, merecendo fruir das prerrogativas legais decorrentes da declaração de Utilidade Pública da entidade.

PROJETO DE LEI N° 27/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube das Acácias Unidas, entidade civil com sede e foro em Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.02.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Clube das Acácias Unidas, como entidade civil com fins beneficentes, festivos e culturais, cumpre os requisitos necessários a sua declaração como de utilidade pública. Pelos conteúdos de seu estatuto e relatório de atividades, inegável o caráter solidário assumidos por suas integrantes em relação àqueles menos afortunados materialmente, merecendo fruir das prerrogativas legais decorrentes da declaração de Utilidade Pública da entidade.

SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Passamos para o Horário das Lideranças.

PFL, PPI, PTB, PDT, PL, PT, PSDB, com a palavra.

PT com a palavra, Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ontem estive na Tribuna questionando a segurança das nossas penitenciárias que qualquer marginal pode fugir, pode estar na rua a qualquer momento, e na rua nós não temos segurança necessária, e aqui no Paraná a gente está sabendo e acompanhando o movimento dos policiais civis do nosso Estado. Esses policiais têm hoje, inclusive, programado uma manifestação em frente ao Palácio Iguaçu reivindicando boas condições de trabalho, uma vez que hoje, na Polícia Civil falta equipamento e não há manutenção dos equipamentos que têm, tornando a Polícia Civil cada vez mais sucateada.

Os Policiais através de seu sindicato o Sincapol está já há dois meses tentando negociar com o Governo do Estado as melhorias nas condições de trabalho e a reposição das perdas salariais hoje em cerca de 350%. Desejam esses policiais a vinculação dos salários deles aos dos Delegados conforme era a Legislação anterior a 88.

Até o momento o Governador não tem negociado e tem dito e divulgado pela imprensa que qualquer mobilização dos policiais civis ele usará de mão pesada para reprimir qualquer greve que esses policiais venham fazer. Nós não queremos que o Governador use de mão pesada, mas sim use da coerência que tem no discurso, que tenha na prática, ou seja, receba esses líderes sindicais, receba todos os movimentos populares sociais organizados e discuta com eles, essas condições salariais e de trabalho.

Nós do PT cobramos uma postura do Governador ou de alguém que ele dê poder de negociação para que possa negociar todas as dificuldades salariais e solucionar os problemas de trabalho, problemas esses reconhecido pelo próprio Secretário de Segurança.

Nós do PT queremos o fim do descaso, o fim da omissão do Senhor Governador com a retórica de esquerda, com prática de direita quando diz respeito a qualquer movimento social reivindicatório, principalmente dos servidores públicos do Estado.

Hoje os servidores públicos têm sofrido a consequência de uma política de achatamento salarial, política esta que já vem desde a época do Governador Álvaro Dias, uma das maiores perdas do País são desses servidores estaduais. E assim também se encontra a Polícia Civil e Militar do nosso Estado. Nós que estamos presidindo uma CPI e uma das principais queixas dos policiais diz respeito ao soldo que hoje não dá para continuarem vivendo como está, não dá para comprar alimentação.

Exigir da Polícia Militar a prevenção, exigir da Polícia Civil que faça todos os

Curitiba, quarta, em 17.02.93

inquéritos como manda a legislação, com que tire todos os assassinos, criminosos e assaltantes da rua não é possível que eles consigam encaminhar qualquer inquérito sem condições de trabalho, sem condições salariais de sobrevivência.

Esta é uma posição que nós do PT estamos cobrando: que o Governador pague bons salários a estes policiais para, depois cobrar qualidade nos serviços, senão ele não tem moral para cobrar qualidade dando salário de fome a policial civil e ao servidor público.

O Sr. Paulo Maia - Eu agradeço o aparte cedido por Vossa Excelência e me como também a esta preocupação.

Eu creio que as manifestações havidas a nível de Brasil em termos de segurança não exclui o Paraná por não ser ele uma ilha. Não se pode fazer segurança, não se pode, não se pode jogar o homem da linha de frente, que é o soldado, ganhando um mísero salário de menos de três milhões de cruzeiros.

Da mesma forma, eu gostaria que Vossa Excelência estendesse esta sua preocupação à necessidade de se criar no Paraná um plano de cargos e salários para todos os servidores e que não se excluísse dessa sua proposta, e que de fato o seu pronunciamento chegasse ao Governador do Estado para que em vez de se usar a política da tentativa de mostrar que o bastão maior e mais forte se encontra nas mãos deles, tem que se mostrar que o salário do servidor público é salário, em sua maioria hoje, de fome.

Nós da Bancada do PDT em cima dessa proposta nós nos pronunciamos e nos somamos à necessidade da revisão urgente também dos salários dos funcionários desta Casa. Este é um compromisso que a nova direção ficou de resolver, está vendo com bons olhos. E nós temos certeza de que nós cinquenta e quatro Deputados, eleitos pelo povo, nos somamos em voz única na defesa dos direitos desses trabalhadores nas condições de vida digna para suas famílias nós teremos uma segurança digna porque o trabalho da segurança vai satisfeito ao trabalho, como teremos nesta Casa um trabalho mais eficiente, como teremos nos diferentes órgãos do Estado um trabalho mais eficiente porque teremos um trabalhador trabalhando contente e satisfeito com aquilo que faz.

Por isso, nós nos somamos em nome da Bancada do PDT a preocupação de Vossa Excelência na certeza de que há de ecoar no momento em que os cinquenta e quatro Deputados se voltarem também para com os funcionários públicos do Estado do Paraná sem distinção dos policiais ou de outros segmentos e também dos funcionários da Assem-

bléia Legislativa.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção do Líder do PDT, Deputado Paulo Maia. E a razão de nos atermos à questão dos policiais civis é, única e exclusivamente, porque hoje eles fazem uma manifestação daqui a pouco em frente ao Palácio reivindicando condições de trabalho e salários. E os demais servidores públicos que têm perdas salariais nos últimos anos já muito além dos 500% se levamos em consideração o momento administrado também pelo ex-Governador Álvaro Dias.

Os planos de cargos e salário que foi preocupação dos Deputados desta Casa ao aprovar a lei do fundo de previdência mostrou ser preocupação do Senhor Governador ao vetar o parágrafo que garantia o Plano de Cargos e Salários e vai se somar a isso também a revisão do novo estatuto, uma vez que esse estatuto, ele muito mais impõe deveres do que assegura direitos aos trabalhadores, servidores públicos e mais todos os três Poderes do Estado do Paraná, têm desrespeitado a Constituição brasileira, quando fixou que em 18 meses, aprovada a Constituição, todo servidor teria estatuto e teria Plano de Cargos e Salários e era obrigatório fazê-los e não foi feito por nenhum dos três poderes.

Isso é terrível ao notarmos, que inclusive o Poder Judiciário, que deveria fazer cumprir a Constituição, não o fez até agora e nem dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

Agradeço a atenção dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Ainda no horário das Lideranças, com a palavra o PMDB.

(Declina)

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Falo aqui como cidadão do Norte do Paraná, para manifestar o regozijo e alegria de toda aquela região em ver presidindo a Assembléia Legislativa na tarde de hoje, um filho da terra, o nobre Deputado Hermas Brandão, cuja vida política nós acompanhamos desde os nossos tempos de prefeito.

Lembro-me de que era eu prefeito de Cornélio Procopio e Vossa Excelência era prefeito de Andirá e a sua administração pelo brilhantismo, pelo arrojo, pela vibração e pelo entusiasmo repercutia por toda aquela região pelo trabalho que Vossa Excelência desenvolvia na Cidade de Andirá e o trabalho que Vossa Excelência fez como prefeito, o elevou por diversas vezes eleito e reeleito deputado estadual, num

reconhecimento de que o povo está com Vossa Excelência, de que o povo acompanha e aplaude o trabalho de Vossa Excelência como político.

E na política também a sua atuação me faz lembrar o poeta quando diz na música popular "sou filho do Norte do meu Paraná, nascido e crescido lá em Andirá, lugar de riqueza, miséria não há, quem quiser dinheiro é só trabalhar".

Vossa Excelência tem dado a todos nós do Norte do Paraná. Vossa Excelência desempenha um mandato eletivo com toda simplicidade, sabendo se chegar aos mais humildes trabalhadores, como também sabe se colocar diante daqueles que chamam, as chamadas elites.

Vossa Excelência sabe interpretar os anseios, os desejos e as reivindicações do povo, tem sido um estuário, o desaguadouro dessas esperanças do Norte do Paraná.

Sabe Vossa Excelência conciliar muito bem e entende que o desenvolvimento de um Estado se faz de entendimento entre governo, empresários e trabalhadores.

Vossa Excelência por isso é um político que representa com muito orgulho e muita alegria para todos nós do Paraná e em nome de todo o povo do nosso Norte trago aqui nesta Assembléia Legislativa hoje, a nossa alegria e a nossa satisfação em ver Vossa Excelência presidindo na tarde de hoje um dos poderes do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Quero agradecer ao nobre Deputado Trevisan pelas suas palavras gentis. O Trevisan é muito gentil e muito companheiro e nós temos um perfeito relacionamento em defesa dos interesses do norte do Paraná.

Estamos sempre trabalhando juntos. O nobre Deputado Oswaldo Trevisan realmente é de uma gentileza à toda a prova.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 09/93, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de sua ausência na Sessão Plenária do dia 17 do corrente mês, em função de compromissos assumidos neste dia. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 078/91, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores Municipais de Mariluz - ARESMA, com sede e foro na localidade de Mariluz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 351/92, de autoria do Deputado João Preis, que denomina Escola Estadual Dr. Ulysses Guimarães, a Escola Estadual do Parque Itaipu, em Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 408/92, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Marmeleiro - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 413/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que declara de Utilidade Pública a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Ortigueira, com sede e foro no município de Ortigueira, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 338/92, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado (Publ. no D.A. n° 160 de 10.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 338/92

P A R E C E R:

Ao recebermos na Douta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de Parecer ao Projeto de Lei n° 338/92, de autoria do Nobre Deputado Renato Adur, o qual propõe declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas, cumpre-nos assentar que, a presente propositura de Lei, preenche os requisitos exigidos na Lei 6.994/78, a qual regulamenta a matéria em tela. Neste sentido, não encontramos obstáculos quanto a tramitação e aprovação

Curitiba, quarta, em 17.02.93

do Projeto de Lei acima referido.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 412/92, de autoria do Deputado João Arruda, que reconhece de Utilidade Pública a A.P.A.E. de Salto do Lontra - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 173 de 02.12.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 412/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado João Arruda, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que pretende reconhecer de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Salto do Lontra, Paraná.

Do ponto de vista regimental nada há que obste a tramitação do mesmo, encontrando-se, inclusive, justificado.

Analisando a Lei n° 6.994 que trata dos requisitos para declaração de Utilidade Pública, o projeto encontra-se corretamente elaborado, cumprindo todas as exigências da referida Lei.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a apreciação e posterior aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 419/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de São Lourenço. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 176 de 07.12.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 419/92

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública o "Conselho de Desenvolvimento Comunitário" do Distrito de São Lourenço, município de Cianorte.

O presente está elaborado em conformidade com os dispositivos contidos no Regimento Interno desta Casa, estando, inclusive, justificado.

No que se refere ao cumprimento dos dispositivos constantes da Lei n° 6.994, observamos que o presente projeto não ane-

xou relatório das atividades desenvolvidas pela entidade, conforme dispõe o inc. IV, no Art. 1º da supracitada Lei.

Desta forma, opinamos pelo encaminhamento de ofício ao ilustre Autor do projeto a fim de que providencie o relatório solicitado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.12.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de destacar nesta tarde e tornar público aos Senhores Parlamentares, que no dia de ontem realizamos no Plenarinho da Assembléia Legislativa, um encontro do Bloco Municipalista com os assessores jurídicos das Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

Estiveram presentes aproximadamente duzentos procuradores jurídicos e este Encontro foi feito com a Associação dos Municípios do Paraná, liderado pelo nosso eminente companheiro José do Carmo. O Bloco Municipalista, o qual eu represento, na qualidade de Coordenador e com os demais membros, eu gostaria de dizer que a presença dos Srs. Deputados que compõem o Bloco Municipalista nestes Encontros, é de extrema importância para este Parlamento e como neste início de 2º período Legislativo.

Temos diversos Deputados novos que aqui chegaram e eu queria dizer que o Bloco Municipalista, composto basicamente em sua maioria por ex-prefeitos e vice-prefeitos, mas está aberto a todos os Srs. Parlamentares que queiram fazer parte deste Bloco. Então fica aqui o convite aos parlamentares que chegaram neste ano, querendo e desejando participar neste Bloco de extrema importância.

Hoje mesmo pela manhã, em nome do Bloco, participei de um encontro com os presidentes das Associações Microrregionais do Estado do Paraná lá na Associação dos Municípios. E, desta feita, a integração entre a Associação dos Municípios do Paraná, o Bloco Municipalista e esta Casa, é de fundamental importância, porque os problemas se encontram nos municípios; as riquezas, os recursos, a geração dos tributos estadual e federal são gerados nos municípios.

De todo o trabalho aqui realizado, vamos procurar dar encaminhamento ao que compete ao Congresso Nacional através da Assembléia, através deste Bloco.

Era isto!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sobre a Mesa, requerimento nº 049 de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 004, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 038-A, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Cezar Silvestri, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 005, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 039, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 035 e 036, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 038 e 040, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 052, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 044, 045, 046 e 047, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 048, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 037, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 051 e 050, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 01, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 338/92, 412/92, 419/92.

Levanta-se a sessão.